



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Fábio Trad - PSD/MS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 2.694, DE 2015

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos penais, e dá outras providências.

Autora: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

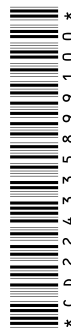
Relator: Deputado CAPITÃO ALBERTO NETO

VOTO EM SEPARADO

(Do Sr. FÁBIO TRAD)

O Projeto de Lei nº 2.694, de 2015, originário da Comissão Parlamentar de Inquérito desta Câmara dos Deputados destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro, cria norma que “[a]ltera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos penais, e dá outras providências”.

Segundo consta da Justificação, a presente proposta visa regulamentar a participação da iniciativa privada na gestão das unidades prisionais, ainda sem uma norma legislativa específica.



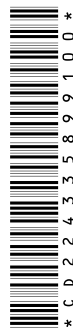
Sustenta que, ante as informações colhidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, há a necessidade de aperfeiçoamento do modelo de gestão das unidades prisionais. De igual modo, colheu-se da CPI que a participação da iniciativa privada na gestão é capaz de contribuir para a melhoria significativa no Sistema Carcerário Brasileiro, bem como para o fiel cumprimento das determinações da Lei de Execução Penal.

Nesse sentido, o projeto prevê que poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares desenvolvidas em estabelecimentos penais, citando como exemplo: (i) serviços de conservação, limpeza, informática, copeiragem, portaria, recepção, reprografia, telecomunicações, lavanderia e manutenção de prédios, instalações e equipamentos internos e externos; (ii) serviços de assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; (iii) serviços relacionados à execução de trabalho pelo preso; (iv) movimentação interna de presos; (v) serviços de monitoramento e rastreamento de presos por dispositivo eletrônico autorizado por lei.

Além disso, a proposição pretende que a execução indireta será realizada sob a supervisão e fiscalização do estado, bem como prevê que são indelegáveis as funções de direção, chefia e coordenação dos estabelecimentos, bem como aquelas atividades que exijam o exercício de poder de polícia exclusivo do estado e notadamente: (i) classificação de condenados; (ii) aplicação de sanções disciplinares; (iii) controle de rebeliões; e (iv) transporte de presos para órgãos do Poder Judiciário, hospitais e outros locais externos aos estabelecimentos penais.

Por fim, é prevista na legislação uma jornada de trabalho de doze horas trabalhadas por trinta e seis horas de descanso aos monitores, auxiliares e supervisores contratados pelas empresas e parceiros privados que realizam a execução indireta nos presídios.

A proposição tramita pelo Regime de Tramitação Ordinário (RICD, art. 151, III), sujeita à apreciação do Plenário. Foi distribuída para a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, cujo voto do Relator, Deputado Cabo Sabino, foi aprovado à unanimidade, em parecer pela



aprovação; para a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com parecer pela aprovação aprovado por maioria. Foi distribuída, ainda, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise dos aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa, nos termos dos arts. 139, II, “c” e 54, I, do RICD.

É o relatório suficiente.

O Projeto de Lei nº 2.694, de 2015 vem ao exame deste Colegiado para análise dos aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa e redacional (RICD, arts. 54, I e 139, II, “c”).

Quanto à **constitucionalidade formal**, o exame da proposição perpassa pela verificação de três aspectos centrais: (i) saber se a matéria está inserida na competência legislativa da União, privativa ou concorrente, (ii) analisar a legitimidade da iniciativa parlamentar para apresentação do projeto de lei, e, por fim, (iii) examinar a adequação da espécie normativa utilizada.

Quanto ao *primeiro* aspecto, o projeto de lei versa sobre direito penal e trabalho, **conteúdos inseridos no rol de competências privativas legislativas da União, ex vi do art. 22, inciso I, da Constituição da República**.

Além disso, **é legítima a iniciativa parlamentar** (art. 61, *caput*, da CF/88), porquanto não incide, na espécie, reserva de iniciativa. Por fim, revela-se **adequada a veiculação da matéria por meio de projeto de lei ordinária**, haja vista não haver exigência constitucional de lei complementar ou de outro veículo normativo para disciplina do assunto. Tampouco a lei que se pretende alterar tem o referido *status*, tratando-se de lei ordinária.

Analisada a compatibilidade formal, será examinada, a seguir, a **constitucionalidade material** da proposição. E ao fazê-la assento, de plano que a proposição é **perfeitamente compatível com a Constituição da República de 1988**.

Em sentido diverso ao que consignado pelo e. relator, **inexiste no texto constitucional vedação expressa à desestatização dos serviços prestados no sistema penitenciário**.



Com efeito, ao examinar o Estatuto Constitucional da Segurança Pública, encartado no art. 144, não se verifica qualquer regra que interdite *tout court* a delegação de *atividades periféricas* à segurança nos estabelecimentos penais a atores e agentes privados.

Em verdade, o *caput* do art. 144 afirma apenas e tão somente que a segurança pública encerra *dever do Estado*, **sem instituir um regime de monopólio quanto à execução das atividades acessórias, instrumentais ou complementares existentes dentro de um presídio.**

De igual modo, o § 5º-A do art. 144, incluído pela EC nº 104/2009, dispõe que, **às polícias penais**, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, **cabe a segurança dos estabelecimentos penais.**

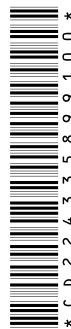
Como se sabe, as atividades existentes dentro dos estabelecimentos prisionais não se restringem àquelas relacionadas à segurança pública em sentido estrito ou ao exercício do poder de polícia. Existem diversas outras de natureza acessória, instrumental ou complementar que podem, sim, ser objeto de delegação à iniciativa privada (e.g., limpeza, estudos, trabalho, lazer, portaria, recepção, prestação de assistência religiosa etc.).

Assim, **é perfeitamente compatível com o nosso arquétipo constitucional relacionado à segurança pública a divisão funcional das atividades dos estabelecimentos penais: recai sobre o Estado a atuação concernente à segurança e ao que diz respeito à execução penal em si, ao passo que os demais aspectos, notadamente aqueles associados à ressocialização dos indivíduos, pode ser confiada à iniciativa privada.**

Daí por que a delegação a particulares dessas *atividades periféricas* aos serviços de segurança pública não encontra entraves na Lei Fundamental de 1988.

E isso, em verdade, já ocorre.

A Lei nº 13.190/2015, ao inserir os arts. 83-A e 83-B na Lei nº 7.2010/1984, já inaugurou esse modelo de gestão privada nos presídios, em



sentido perfeitamente compatível com o Estatuto Constitucional da Segurança Pública.

De fato, o art. 83-A já prevê a **execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares desenvolvidas em estabelecimentos penais**, em especial: (i) serviços de conservação, limpeza, informática, copeiragem, portaria, recepção, reprografia, telecomunicações, lavanderia e manutenção de prédios, instalações e equipamentos internos e externos e (ii) serviços relacionados à execução de trabalho pelo preso.

Não obstante, é preciso buscar o equilíbrio entre a terceirização e as prerrogativas dos Policiais Penais. Para tanto, apresentamos o Substitutivo abaixo, produto de uma versão inicial a nós apresentada pelos Policiais Penais, com pequenos ajustes de técnica legislativa.

No tocante à **juridicidade**, porém, há alguns aspectos relevantes a serem abordados.

A despeito de atingirem aos propósitos da norma, bem como possuírem generalidade, abstração e autonomia, afiguram-se **injurídicos** o *caput* do art. 83-A e seus incisos I e II e todo o art. 83-B e seus incisos, na medida em que, de forma geral, **não inovam** no ordenamento jurídico.

De fato, indigitadas normas já foram positivas na Lei nº 7.210/1984 pela Lei nº 13.190/2015. Por isso, apresentamos o Substitutivo abaixo que, a um só tempo, corrige as injuridicidades apontadas e acomoda as prerrogativas das Polícias Penais com as atividades de execução indireta nos estabelecimentos penais.

No que tange **à técnica legislativa e à redação**, não há pontos que merecem reparos. A proposição está bem escrita e respeita a boa técnica legislativa, nos moldes do que recomenda a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001

Ante o exposto, votamos pela **constitucionalidade material**, **juridicidade**, na forma do substitutivo apresentado, e **boa técnica legislativa**, **do Projeto de Lei nº 2.694, de 2015.**



Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado Fábio Trad
PSD/MS

2022-7815

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.694, DE 2015

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas em unidades penais.

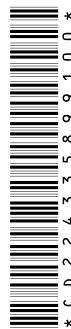
Autora: COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DESTINADA A
INVESTIGAR A REALIDADE DO
SISTEMA CARCERÁRIO
BRASILEIRO

Relator: Deputado CAPITÃO ALBERTO
NETO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, para dispor sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas em unidades penais.

Art. 2º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 83-A.....

I – serviços de conservação, limpeza, informática, copeiragem, reprografia, telecomunicações, lavanderia e manutenção de prédios, instalações e equipamentos internos.

II – revogado.

III – serviços de assistência material, à saúde, educacional, social, religiosa e de trabalho à pessoa presa, sob supervisão do Estado.

IV – fornecimento de materiais de consumo e de equipamentos de monitoramento eletrônico.

V – serviços de aluguel e manutenção de veículos, máquinas e equipamentos.

§ 1º A execução indireta será realizada sob supervisão e fiscalização do Estado.

.....
.
Art. 83-B. São indelegáveis as funções de direção, chefia e coordenação no âmbito do sistema penal, bem como todas as atividades que exijam o exercício do poder de polícia ou a segurança do estabelecimento penal, notadamente as seguintes atribuições:

I – classificação, movimentação e escolta da pessoa presa.

.....
.
III – controle de rebeliões e motins.

IV – transporte, escolta e apresentação de presos em locais externos aos estabelecimentos penais.

V – fiscalização do trabalho da pessoa presa, monitoramento eletrônico, condução e custódia durante atendimentos e na prestação de serviços nos estabelecimentos penais ou em ambientes externos ao Sistema Prisional.

§ 1º As funções e atribuições preceituadas neste artigo, bem como as definidas em lei do ente federativo como sendo de segurança em estabelecimentos penais serão exercidas privativamente por policiais penais.

§ 2º Não poderão ser objeto de contrato por terceirização ou parceria público-privada atividades, ainda que acessórias, mas que afetem o poder de polícia do Estado ou com a segurança do estabelecimento penal.

§ 3º O ocupante de cargo de diretor ou gerente de estabelecimento penal deverá possuir, no mínimo, nível superior em qualquer área de conhecimento, conduta ilibada, preparo técnico-profissional e experiência de, pelo menos, 7 (sete) anos em atividades de segurança em estabelecimento penal inerente ao cargo de policial penal.



Art. 83-C. Os parceiros privados poderão contratar monitores, auxiliares e supervisores para a execução do objeto do contrato, obedecendo ao previsto no artigo 83-A.” (NR)

Art. 3º Ficam revogados o inciso II do art. 83-A e o art. 75 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputado Fábio Trad
PSD/MS

2022-7815

